

Ilgenfritz: bancos não podem ser inatacáveis

Augusto de Freitas

O tabelamento das taxas de cobrança de "spreads" pelos bancos — a diferença entre a captação e os juros dos empréstimos —, constante do pacote de medidas econômicas anunciadas esta semana pelo ministro Dílson Funaro, não passa de um paliativo para a redução das taxas de juros bancários. A opinião é do presidente do Conselho Federal de Economia, Renato Ilgenfritz da Silva, para quem isto significa apenas "uma aspirina para um doente que está sofrendo de Aids".

Ilgenfritz lembra que, desde o advento do Plano de Estabilização Econômica, o Plano Cruzado, os economistas brasileiros vêm alertando as autoridades da área econômica do governo para a necessidade de intervenção do Estado no sentido de controlar os juros bancários. "Na prática, diz ele, isto significa enfrentar o poder do capital especulativo representado por uma dúzia de bancos nacionais, que sempre estiveram numa posição de inatacáveis. Em função deste pensamento, não há como deixar de reconhecer o mérito das medidas adotadas. Só que entendemos que elas amenizam os sintomas da doença, mas não a atacam de frente. Simplesmente, faz baixar a febre, mas não cura a origem da febre no paciente".

O presidente do Conselho Federal de Economia diz que na opinião unânime de todos os seus colegas, "o maior cancro" da economia nacional chama-se dívida interna. O Tesouro deve a particulares, mediante a colocação de títulos da dívida pública, algo em torno de 132 bilhões de dólares, contra os 110 bilhões devidos aos bancos estrangeiros, ou seja, a dívida externa, cujos pagamentos foram suspensos com a declaração da moratória técnica, em fevereiro último.

Dívida Interna

"Para ter-se uma idéia, diz Ilgenfritz, a dívida interna do país custa hoje, por mês, o equivalente a um ano de pagamento da dívida externa". Isto significa que o Tesouro gasta grande parte do que arrecada transferindo recursos para o sistema financeiro, o grande beneficiário de toda a "ciranda"

que só acaba engordando cada vez mais o sistema bancário não produtivo da economia.

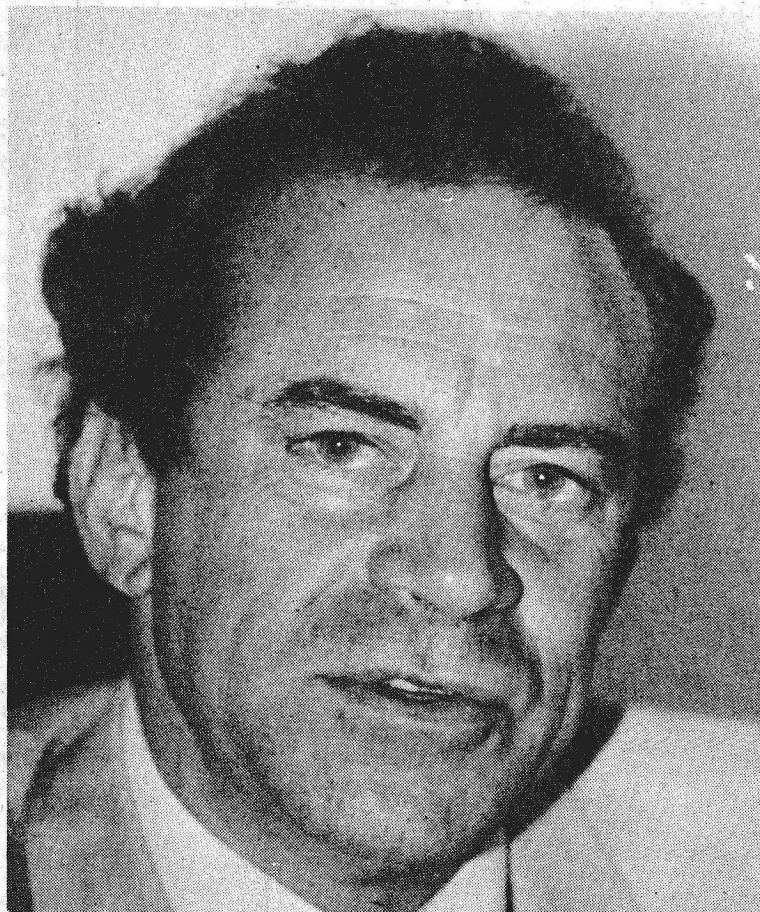
Frisando tratar-se de uma opinião pessoal, pois não há unanimidade em torno do assunto no Conselho Federal de Economia, Renato Ilgenfritz propõe a transformação de todos os títulos da dívida pública interna em títulos nominativos, para que a sociedade brasileira passe a saber a quem está devendo. E que hoje todos os títulos emitidos pelo governo são "ao portador", e que portanto todos os dias podem estar sendo trocados de uma mão para outra.

Uma outra providência que deveria ser adotada pelo governo quando do resgate da dívida para os seus credores, sem nenhum deságio, seria condicioná-lo a investimentos produtivos que privilegiassem o emprego e a distribuição de renda, com o entendimento de que isto significaria a produção de bens e de salários. "Nós temos hoje uma sociedade onde abunda a mão de obra e falta capital para investimentos. Portanto, a reversão no emprego do capital iria provocar o ajustamento necessário à economia, sem a necessidade de tomada de novos empréstimos externos e, portanto, do aumento da dívida externa".

"As condições de resgate, naturalmente — continua Ilgenfritz —, não seriam aplicáveis àquelas instituições que por força da lei são obrigadas a ter uma reserva técnica de recursos aplicados em títulos da dívida pública, nem aos pequenos e médios poupadores. Mas para os grandes credores da dívida, esta condição deveria ser imposta. Como forma punitiva, quem não aceitasse esta condição, teria a aplicação de um redutor da correção monetária sobre o crédito, estimulando-o a apelar para a atividade produtiva".

Depósitos

Em contrapartida a esta atitude, no entender do presidente do CFE, os bancos comerciais passariam a remunerar os depósitos à vista, a uma taxa de, por exemplo, 80% da correção monetária. Concomitantemente, seriam fechados os mercados de operação de over e de open marketing, criando-se em seguida títulos de investimentos com prazo su-



Ilgenfritz acha a dívida interna o câncer da economia

perior a 180 dias, destinados a induzir os capitais especulativos ainda remanescentes para o mercado de ações, nas Bolsas de Valores.

O entendimento do Conselho Federal de Economia é o de que o governo deve, urgente, procurar incorporar ao mercado 70% da população marginalizada que, pelo baixo poder aquisitivo, não é, ao menos, potencialmente consumidora. "O que nós temos que perseguir é a eliminação dos grandes bolsões de pobreza existentes no país. Somos hoje a oitava economia do mundo mas somos um país miserável, pois temos no mínimo 30% de subnutridos. Dez por cento da população brasileira apropria-se de 50% da renda nacional, enquanto 50% se apropria de apenas 10% desta mesma renda. A distribuição de renda no Brasil é comparável à da África do Sul. Só que lá o regime é escravagista. Quer dizer, vivemos num regime dito democrático, praticando uma política escravagista no que diz

respeito à distribuição de renda".

Ilgenfritz diz que o Conselho Federal de Economia apóia francamente a declaração da moratória para o pagamento da dívida externa, mesmo porque o país não tem condições de pagá-la. "A dívida é impagável por dois motivos: porque não temos dinheiro para pagá-la e porque os credores não têm interesse em receber o principal. No momento em que sobrar dinheiro no mundo, supondo-se que todos os credores tivessem dinheiro para saldar suas dívidas, os bancos é que não teriam onde aplicá-lo. E a mercadoria dinheiro, assim, acabaria perdendo o seu valor enquanto moeda. O Brasil, com a declaração da moratória, contribuiu para o início do estabelecimento de uma nova ordem econômica internacional. O próximo passo é a formação de um cartel de devedores, que deve ser encabeçado pelo Brasil, afinal de contas, o maior devedor".